



ENGAJAMENTO ACADÊMICO: APORTES PARA OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Priscila Trarbach Costa¹ - PUCRS
Maria Inês Corte Vitória² - PUCRS

Eixo – Avaliação da Educação
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

O presente trabalho busca refletir sobre a temática do *engagement* ou engajamento acadêmico enquanto variável passível de ser considerada nos processos avaliativos das instituições de Educação Superior. Sabendo-se que, em contexto internacional (sobretudo no que se refere ao anglo-saxão), esta temática vem sendo considerada variável relevante nas investigações empreendidas na área educacional desde a década de 1980 e que, no contexto brasileiro, os estudos que abordam o engajamento acadêmico ainda são escassos, este trabalho procura trazer aportes que permitam enriquecer as discussões acerca da temática. Assim, num primeiro momento, apresenta-se o conceito de engajamento acadêmico com base em uma revisão bibliográfica que dialoga com autores de referência na temática. Parte-se do pressuposto de que o engajamento acadêmico envolve não apenas a motivação estudantil, mas também ações concretas que envolvem os indivíduos nas suas dimensões afetiva, comportamental e cognitiva, proporcionando situações e contextos de aprendizagem ativa (em que o sujeito se torna participante do processo de construção de sua própria aprendizagem). Na sequência do trabalho, se pretende pensar o engajamento acadêmico em nível institucional, ou seja, partindo do pressuposto de que o engajamento se constitui um processo dualístico que envolve não apenas os estudantes e suas motivações internas, mas também ações e políticas empreendidas em nível institucional. Busca-se, assim, perceber como as instituições de Educação Superior vêm concebendo a noção de engajamento acadêmico, bem como analisar como essa temática vem sendo considerada nos processos de avaliação. As reflexões empreendidas neste trabalho, ainda que de caráter teórico e pautadas em uma revisão bibliográfica, objetivam trazer aportes relevantes para se pensar o engajamento acadêmico, assim como considerá-lo como uma variável relevante, a ser pensada nos processos de avaliação das instituições de Educação Superior (assim como já o é em alguns contextos educacionais internacionais).

¹ Pedagoga, Mestre em Educação (UFRGS) e Doutoranda em Educação (PUCRS). Bolsista CAPES e integrante do projeto de pesquisa intitulado “*Engagement estudiantil, calidad de los aprendizajes y abandono en la universidad*”. E-mail: priscilatrabach@gmail.com.

² Doutora em Educação. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades da PUCRS. Coordenadora do projeto de pesquisa intitulado “*Engagement estudiantil, calidad de los aprendizajes y abandono en la universidad*”. E-mail: mivitoria@puccs.br.

Palavras-chave: Engajamento Acadêmico. Educação Superior. Avaliação da Educação Superior.

Engajamento acadêmico: algumas palavras introdutórias

Portador de uma infinidade de significados o vocábulo *engagement* figura nas mais diferentes áreas de conhecimento como, por exemplo, na Psicologia, na Política, no Marketing, na Informática e na Educação. Assim, é possível afirmar que existem diferentes formas de *engagement* (pessoal, moral, social, profissional, identitário, acadêmico, relacional, etc.) que longe de apresentarem um consenso ou a possibilidade de estabelecimento de um conceito único e sintético, contemplando as múltiplas áreas do saber, abrem margem para diferentes interpretações e perspectivas.

Contudo, em uma tentativa de se elaborar um conceito abrangente e integrador comum a todas as áreas do saber, a palavra *engagement* surge como uma variável que se preocupa em investigar por quais razões, por quais meios e em quais circunstâncias um indivíduo consegue desenvolver e manter uma linha de condução, um foco, um direcionamento em relação a uma pessoa, um grupo, uma atividade ou um projeto (BRAULT-LABBÉ; DUBÉ, 2009).

No que se refere ao campo da Educação, foco de atenção neste trabalho, é possível verificar, que a palavra *engagement* figura em pesquisas, sobretudo no contexto anglo-saxão, há algumas décadas, apresentando-se como uma variável de relevância a ser considerada nas investigações educacionais. Ademais, Pirot e De Ketele (2000) destacam, igualmente, o fato de que, desde o final da década de 1980, a variável *engagement* vem sendo considerada nas pesquisas que visam identificar os fatores de sucesso e fracasso na universidade, bem como os fatores e indicadores de uma formação universitária de qualidade. No que diz respeito ao contexto educacional brasileiro, contudo, é preciso destacar que a palavra *engagement*, nos escassos trabalhos publicados até o presente momento, vem sendo empregada como “engajamento acadêmico” e é temática ainda pouco explorada, sobretudo no que se refere ao contexto de Educação Superior.

Nesse sentido, fazendo referência ao entendimento de Kuh (2009) e Martins e Ribeiro (2017) de que o engajamento acadêmico pode ser analisado através de duas

perspectivas distintas, porém complementares, sendo a primeira com foco nos estudantes (engajamento acadêmico estudantil) e a segunda com foco nas instituições de ensino (engajamento acadêmico institucional), o presente trabalho se propõe, na sequência, a refletir sobre o engajamento acadêmico em nível institucional, isto é, com foco nas instituições de Educação Superior. Assim sendo, este trabalho pretende refletir sobre o entendimento que as instituições de Educação Superior têm sobre o engajamento acadêmico, bem como pensá-lo como uma variável passível de ser considerada nos processos de avaliação da Educação Superior.

Refletindo sobre o engajamento acadêmico em nível institucional: aportes para os processos de avaliação da Educação Superior

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, o engajamento acadêmico pode ser considerado um vocábulo cujo conceito é abrangente, envolvendo múltiplos aspectos. No entanto, quando se refere ao contexto educacional, o engajamento acadêmico é visto com um processo multidimensional que engloba, sobretudo, as dimensões afetiva, comportamental e cognitiva dos indivíduos que, quando mobilizadas conjuntamente, permitem o envolvimento efetivo dos estudantes com o meio e as atividades acadêmicas, gerando, de fato, o engajamento.

Neste sentido, Pirot e De Ketele (2000), sublinham que o engajamento acadêmico é um processo multidimensional em que a dimensão afetiva refere-se ao desejo de aprender, às aspirações e à mobilização empreendida pelos estudantes, sendo a origem e o motor da ação. A dimensão comportamental, por sua vez, refere-se à quantidade de energia física e psíquica que os estudantes investem nas atividades de aprendizagem e que se expressa em atitudes e comportamentos que demonstram engajamento (entrega de trabalhos, participação nas aulas, comprometimento com os estudos, etc.). Por fim, a dimensão cognitiva diz respeito ao trabalho intelectual colocado em prática pelos estudantes nos processos de ensino e aprendizagem.

Ainda pensando o engajamento como um processo multidimensional, Barkley (2010, p. 23) atenta para o fato de que o engajamento acadêmico é um processo complexo composto por dois elementos-chave, a saber: a) a quantidade de tempo e esforço que os estudantes colocam em seus estudos e outras atividades que levam a experiências e resultados que constituem seu sucesso (engajamento acadêmico estudantil) e; b) as formas através das quais a instituição de ensino aloca recursos e

organiza oportunidades de aprendizagem e serviço para induzir os alunos a participar e se beneficiar de tais atividades (engajamento acadêmico institucional).

Desta forma, o engajamento acadêmico se apresenta como um processo dualístico que envolve não apenas o esforço (físico e psicológico) e a motivação por parte dos estudantes nas suas dimensões afetiva, comportamental e cognitiva, mas, também, engloba as ações que as instituições de ensino promovem com o intuito de engajar os estudantes nos processos de ensino e aprendizagem.

O engajamento acadêmico é, portanto, produto da interação sinérgica entre a motivação (aspecto individual dos sujeitos) e a aprendizagem ativa (contexto acadêmico/institucional). Assim sendo, ainda de acordo com Barkley (2010), a motivação seria um elemento desencadeador e intrínseco dos sujeitos que permitiria aos estudantes engajarem-se na vida acadêmica ao passo que a aprendizagem ativa, através de atividades acadêmicas dinâmicas e envolventes tais como a resolução de problemas, a aprendizagem colaborativa e a pesquisa, exerceria papel suplementar, possibilitando o efetivo engajamento acadêmico (fruto da mobilização estudantil e institucional).

Corroborando com esse entendimento, Trowler (2010) afirma que o engajamento é muito mais do que o simples envolvimento acadêmico, como normalmente se acredita, e não se reduz apenas à participação dos estudantes, pois, segundo a autora, o processo de engajar-se exige sentimentos (o aspecto afetivo), compreensão/sentido (“sense-making” ou fazer sentido), assim como atividade (o fazer, a prática), envolvendo os múltiplos atores que compõem a comunidade acadêmica e que se envolvem nos processos de ensinar e aprender.

Assim sendo, o engajamento acadêmico emerge como uma variável de relevância a ser investigada em contextos de Educação Superior não apenas porque se debruça sobre aspectos cognitivos e metodológicos, envolvendo o corpo discente e docente e os processos de ensino e aprendizagem, mas, também, porque lança um olhar investigativo sobre as instituições de Educação Superior, focando sua organização institucional, bem como sua gestão e os processos de avaliação (internos e externos).

No entanto, é bastante comum, no universo acadêmico, encontrarmos trabalhos que enfatizam unicamente o aspecto motivacional dos estudantes, permeados por um tom de reprovação ao comprometimento do aluno. Também é possível perceber certa recorrência, entre os docentes, de falas que demonstram desaprovação do comportamento estudantil: os estudantes leem pouco, não se envolvem nas atividades,

participam pouco ou não participam das discussões em sala de aula, se mostram ausentes...

Busca-se, então, encontrar maneiras de “motivar” os estudantes através de inovações didático-pedagógicas que possam encantar, mobilizar, seduzir os estudantes com a intenção de trazê-los para o ambiente acadêmico, fazê-los participar e permanecer neste espaço. Ademais, a busca por inovações no fazer pedagógico tem afligido grande parte dos docentes que são ou se responsabilizam pela falta de interesse dos estudantes, gerando, até mesmo, um mal-estar docente e uma busca sem fim por novas teorias pedagógicas, didáticas e tecnologias educacionais que possam potencializar os processos de ensino e aprendizagem.

Contudo, sabe-se que para a promoção do engajamento acadêmico, além de estarem motivados, os estudantes precisam estar envolvidos em atividades que os mobilizem intelectualmente, que façam sentido (*sense-making*), que envolvam o protagonismo, a interação entre pares, o trabalho colaborativo em redes de cooperação nacional e internacionalmente, a pesquisa e a inovação – elementos cruciais na formação e atuação profissional dos sujeitos na contemporaneidade.

Ademais, é imprescindível que quando se pense em ações de promoção de engajamento acadêmico se pense em ações e políticas que contemplem as dimensões afetiva, comportamental e cognitiva, mobilizadas de maneira conjunta e complementar umas às outras, pois um estudante motivado não é necessariamente comprometido com os processos de ensino e aprendizagem (dimensão cognitiva). Da mesma forma, um estudante que participa ativamente das atividades acadêmicas pode não se identificar com o espaço acadêmico, não partilhar do sentimento de pertencimento à instituição de Educação Superior que frequenta (dimensão afetiva).

No entanto, considerando o referencial teórico e as principais considerações e implicações do engajamento acadêmico traçadas até o presente momento, surgem alguns questionamentos: o que as instituições de Educação Superior têm realizado, de fato, com relação às questões que envolvem o engajamento acadêmico? Há ou não a preocupação em se promover, além da motivação estudantil, situações e espaços para o desenvolvimento da aprendizagem ativa? Como as instituições têm avaliado o nível de engajamento acadêmico de seus estudantes? O engajamento acadêmico tem sido considerado como variável a ser investigada nos processos de avaliação (avaliação interna e externa) das instituições de Educação Superior?

Para se pensar estas e outras questões que envolvem o engajamento acadêmico (sobretudo em nível institucional), cabe destacar as contribuições de Martins e Ribeiro (2017, p. 224) que sublinham a importância de se considerar o engajamento como variável não apenas relevante, mas imprescindível para a avaliação da qualidade da Educação Superior uma vez que os autores advogam em favor da “necessidade de desenvolvimento de indicadores que permitam avaliar em que medida os estudantes interagem com a Instituição de Ensino”.

Neste sentido os autores atentam para o fato de que “o engajamento é um fator já estudado e avaliado internacionalmente” (MARTINS; RIBEIRO, 2017, p. 225) e destacam que alguns países já possuem instrumentos de avaliação específicos, concebidos com a finalidade de avaliar o grau de engajamento acadêmico dos estudantes universitários. Assim sendo, nos Estados Unidos o engajamento acadêmico dos estudantes de Educação Superior é avaliado através do *National Survey of Student Engagement* (NSSE), na Austrália através do *Australian Survey of Student Engagement* (AUSSE) e na África do Sul através do *South Africa Survey of Student Engagement* (SASSE).

Apesar de cada um desses instrumentos possuírem características próprias e serem aplicados em contextos educacionais distintos, todos eles foram concebidos com a preocupação de se avaliar o nível de engajamento acadêmico com vistas a fornecer às instituições de Educação Superior dados que subsidiem a elaboração de políticas e ações institucionais que possibilitem, de fato, o engajamento os estudantes universitários, favorecendo, entre outros aspectos, suas aprendizagens e a sua permanência nos cursos de graduação.

No que concerne ao contexto brasileiro, no entanto, ainda não há instrumentos avaliativos que forneçam indicadores sobre o grau ou o nível de engajamento dos estudantes de Educação Superior apesar de que, segundo destaca Martins e Ribeiro (2017, p. 224), “desde o final da década de 90 até os dias de hoje, o Ministério da Educação do Brasil vem elaborando inúmeros instrumentos que visam medir os padrões de qualidade ofertados pelas Instituições de Ensino Superior”.

Assim sendo, importante esclarecer que, atualmente, a avaliação da Educação Superior no Brasil está a encargo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, e concebido com a finalidade de promover

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2017).

No entanto, cabe atentar para o fato de que o SINAES surgiu em um contexto sociopolítico marcado por grandes mudanças no que diz respeito à reflexão, à elaboração e à condução de políticas educacionais no Brasil. Assim, nesta perspectiva, conforme bem destaca Morosini (2005, p. 338), os anos 2000 foram marcados pela expansão da oferta de Educação Superior e pela criação e implantação de um programa específico para a área da educação, empreendido pelo governo de viés popular que chegou ao poder em 2003, que procurou

[privilegiar] a ampliação do papel do Estado e do público no âmbito local, regional e nacional ou ainda o aumento de vagas e matrículas, o fortalecimento do sistema nacional de educação interdisciplinar e articulado, a escola para todos com qualidade, gratuidade de ensino e permanente avaliação das Instituições de Educação Superior.

Percebe-se, então, que o SINAES surgiu da necessidade de acompanhar e avaliar as mudanças que se desenvolviam na Educação Superior brasileira, favorecendo, pois, não apenas a expansão desta, mas, sobretudo, a qualidade da oferta e dos serviços prestados tanto pelas instituições públicas quanto privadas de ensino. Ademais, em um contexto de expansão da oferta de Educação Superior, as avaliações realizadas pelo SINAES passaram a subsidiar os processos de regulação e supervisão da Educação Superior e os processos de credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de Educação Superior, bem como a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Sendo assim, o SINAES é formado por três componentes principais, a saber: a) a avaliação das instituições; b) a avaliação dos cursos; e c) a avaliação do desempenho dos estudantes. Assim sendo, a avaliação das instituições e dos cursos de graduação é composta pela autoavaliação (ou avaliação interna), realizada pelas instituições de Educação Superior, e pela avaliação externa *in loco*. Nesta perspectiva, a autoavaliação, conduzida pelas próprias instituições de Educação Superior, é realizada por uma comissão criada especificamente para este fim (CPA – Comissão Própria de Avaliação), e tem por objetivo a elaboração de

[...] um estudo reflexivo segundo o roteiro geral – proposto em nível nacional –, acrescido de indicadores específicos, projeto pedagógico institucional, cadastro e censo. O relatório da autoavaliação deve conter todas as informações e demais elementos constantes no roteiro comum de base nacional, análises quantitativas e ações de caráter administrativo, político, pedagógico e técnico-científico. Esses aspectos devem guiar o processo de avaliação e identificação dos meios e recursos necessários para a melhoria da IES, bem como uma análise de acertos e equívocos do próprio processo de avaliação (MEC, 2017).

A avaliação externa *in loco*, por sua vez, “é feita por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, reconhecidos pelas suas capacidades em áreas específicas e portadores de ampla compreensão sobre instituições universitárias” (MEC, 2017). De acordo com Brasil (2017), a avaliação externa das instituições de educação superior “resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas” (BRASIL, 2017). Cabe destacar que as dimensões avaliadas são:

- 1) a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- 2) a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão;
- 3) a responsabilidade social da instituição;
- 4) a comunicação com a sociedade;
- 5) as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;
- 6) a organização e gestão da instituição de Educação Superior
- 7) a infraestrutura física;
- 8) o planejamento de avaliação;
- 9) as políticas de atendimento aos estudantes;
- 10) a sustentabilidade financeira.

A avaliação dos cursos de graduação, a seu turno, “tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica” e “utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento” (BRASIL, 2017).

Aos cursos de graduação, também serão atribuídos “conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das

dimensões avaliadas” (BRASIL, 2017). No caso dos cursos de graduação, as dimensões avaliadas são:

- 1) a organização didático-pedagógica;
- 2) o corpo docente e tutorial;
- 3) a infraestrutura.

Por fim, a avaliação do desempenho dos estudantes é realizada através da aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) que, de acordo com Brasil (2017), tem por objetivo

[aferir] o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

O ENADE, enquanto instrumento de avaliação do desempenho dos estudantes, é aplicado periodicamente aos alunos de todos os cursos de graduação, admitida a utilização de procedimentos amostrais, ao final do primeiro e do último ano de curso. O exame é obrigatório e a situação de regularidade do estudante no Exame deve constar em seu histórico escolar dos estudantes. A primeira aplicação do ENADE ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento.

Importante destacar, ainda, que a aplicação do ENADE é acompanhada do Questionário do Estudante, um instrumento, de caráter obrigatório, que tem por objetivo o levantamento de dados que permitam subsidiar a construção do perfil dos estudantes através de informações referentes ao delineamento socioeconômico e à trajetória formativa.

Apesar da avaliação institucional (interna e externa) e da avaliação dos cursos de graduação considerar uma série de aspectos de suma relevância tais como, infraestrutura, corpo docente e projeto político pedagógico dos cursos de graduação, não se considera em nenhum momento do processo avaliativo o engajamento acadêmico como variável passível de verificação. O ENADE, por sua vez, apesar de centrar-se no estudante, se detém na dimensão cognitiva do sujeito, ou seja, se propõe a avaliar apenas os saberes formais construídos (ou não) ao longo do processo formativo universitário, direcionando, assim, o olhar para uma única dimensão (a cognitiva) e

deixando à margem as dimensões comportamental e afetiva sem as quais o engajamento acadêmico não se efetiva.

Esta estrutura avaliativa corrobora, pois, para que se pense o engajamento acadêmico como um problema pertencente unicamente ao aluno que tem seus conhecimentos avaliados através de uma prova (o ENADE), ou, pelo contrário, como pertencente à instituição de ensino, mas com demasiada ênfase nos aspectos de infraestrutura, didática e corpo docente. Sabe-se, porém, que estas variáveis, por si só e atuando de forma isolada, não garantem o engajamento dos estudantes, pois uma infraestrutura de qualidade e referência, por exemplo, apesar de desejável e fundamental, não implica, automaticamente, na criação de ambientes de aprendizagem (dimensão cognitiva) nem na identificação dos estudantes com a instituição (dimensão afetiva). Uma didática inovadora, pautada na pesquisa e na utilização de novas tecnologias educacionais, por sua vez, também não garante o engajamento acadêmico dos estudantes se a instituição de Educação Superior não possuir uma infraestrutura adequada que possibilite a criação de espaços e situações de aprendizagem.

As instituições de Educação Superior devem, portanto, estar atentas às responsabilidades que possuem no processo de engajamento de seus estudantes, atentando para a concepção de engajamento acadêmico que vem (ou não!) sendo trabalhada a nível institucional, bem como as dimensões afetiva, cognitiva e comportamental que o compõem e que devem ser consideradas e trabalhadas em conjunto na ocasião do planejamento de políticas e ações institucionais, pois conforme destaca Charlot (2009, p. 9), “só se engaja numa atividade quem lhe confere um sentido”. Muito mais do que motivar e envolver os estudantes em atividades educativas e institucionais, o engajamento efetivo envolve “atividade, sentido, prazer” que são “os termos da equação pedagógica a ser resolvida” (CHARLOT, 2009, p. 9).

Além disso, cabe ressaltar, mais uma vez, a relevância de se refletir sobre a possibilidade, bem como a necessidade de se considerar o engajamento acadêmico como variável passível de ser inserida nos processos avaliativos das instituições de Educação Superior visto que, assim como demonstram experiências prévias de outros países, essa variável traz aportes significativos para a reflexão e a elaboração de políticas e ações em nível institucional que potencializam os processos de ensino e aprendizagem, bem como contribuem para a melhoria e qualidade da educação.

Considerações Finais

A partir das discussões conduzidas neste trabalho, sustentamos, pois, que o engajamento acadêmico, sobretudo em nível institucional, é variável de suma relevância a ser considerada na elaboração de políticas e ações institucionais, articulando-se com as variáveis que contemplam os aspectos relacionados à infraestrutura, ao corpo docente e ao projeto político pedagógico dos cursos de graduação, envolvendo e mobilizando os diferentes atores da comunidade acadêmica.

Sustentamos, ainda, que o engajamento acadêmico pode e deve ser considerado como uma variável imprescindível para os processos de avaliação da Educação Superior, pois, assim como destaca Martins e Ribeiro (2017, p. 224), existe uma “carência no que se refere a formas de avaliar a interação do estudante com a instituição de ensino, uma vez que, a avaliação ou é realizada analisando-se a Instituição de Ensino ou analisando-se os resultados de aprendizagem do estudante”.

Acreditamos, porém, que as discussões que envolvem o engajamento acadêmico não se esgotam neste trabalho, mas, ao nos encaminharmos às considerações finais, esperamos que as reflexões suscitadas possam, em última instância, servir para clarificar o conceito de engajamento acadêmico estudantil e institucional, bem como para problematizar suas implicações e contribuições para os processos de avaliação da Educação Superior brasileira.

REFERÊNCIAS

BARCLEY, Elizabeth F. *Student Engagement Techniques: A Handbook for College Faculty*. Jossey-Bass. 2010.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em : 09 jun. 2017.

BRAULT-LABBÉ, Anne; DUBÉ, Lise. Mieux comprendre l’engagement psychologique : revue théorique et proposition d’un modèle intégratif. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, n. 81, p. 115-131, 2009.

CHARLOT, *A escola e o trabalho dos alunos*. Anais do XVII Colóquio da Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique em Education (AFIRSE), secção portuguesa, 2015. Disponível em: <<http://www.afirse.com/archives/cd2/confer%C3%A0ncias/Bernard%20Charlot.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MEC – Ministério da Educação. Processo de Avaliação. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/processo-de-avaliacao>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

MARTINS, Letícia Martins de; RIBEIRO, José Luis Duarte. Engajamento do estudante no Ensino Superior como indicador de avaliação. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 1, p. 223-247, mar. 2017.

MOROSINI, Marília. O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *História e Memórias da Educação no Brasil*, Vol. III: Século XX. Petropolis, RJ: Vozes, 2005.

PIROT, Laurence; DE KETELE Jean-Marie. L'engagement académique de l'étudiant comme facteur de réussite à l'université – étude exploratoire menée dans deux facultés contrastés. *Revue des sciences de l'éducation*, Montréal, vol. 26, n. 2, p. 367– 394, 2000.

TROWLER, Vicki. *Student engagement literature review*. 2010. Disponível em: <https://www.heacademy.ac.uk/system/files/studentengagementliteraturereview_1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

KUH, Georges D. The National Survey of Student Engagement: Conceptual and Empirical Foundations. *New Directions for Institutional Research*, vol. 141, p. 5-20, mar. 2009.